



O desafio e as oportunidades para recuperar a Floresta Atlântica brasileira



Muitos não se dão conta de que as porcentagens alarmantes sobre os remanescentes da Floresta Atlântica brasileira, que há décadas são divulgadas pela mídia, não são dados estanques. A verdade é que elas estão em constante mutação, sendo sistematicamente alteradas para baixo, mesmo que na prática não seja esta a leitura que acaba sendo realizada.

Assumindo uma posição otimista, cerca de 7% de áreas naturais dos domínios da Floresta Atlântica ainda persistem. No entanto, algumas regiões de nosso território praticamente não dispõem de mais do que 1% deste bioma. O Paraná, citando um estado do sul do Brasil considerado rico e mais consciente de suas responsabilidades para com o meio ambiente, não conseguiu manter mais do que 0,7% da Floresta com Araucária, um número também em descendência constante e ameaçando eliminar por completo áreas nativas, inseridas no domínio da Floresta Atlântica, que detém o símbolo maior do estado: o Pinheiro do Paraná.

Com um pouco mais de rigor, se quisermos validar apenas aquelas áreas realmente em bom estado de conservação – entenda-se regiões sem ações fortes de degradação como desmatamentos, caça, extrativismo descontrolado, ou outras ações antrópicas que afetem a biodiversidade de maneira mais intensa – será difícil encontrar algum trecho no qual a natureza primitiva tenha sido verdadeiramente preservada. Muito prova-

velmente não há mais áreas assim em toda a costa brasileira, onde originalmente existiam 1,3 milhões de quilômetros quadrados cobertos com florestas tropicais.

Ao mesmo tempo que a agenda que visa proteger estas áreas remanescentes, luta contra os rígidos princípios de desenvolvimento convencional – e ainda não foi suficientemente eficaz para reverter o quadro de redução contínua, uma outra demanda se faz presente, com o mesmo grau de importância. Trata-se da recuperação de áreas degradadas, fundamental para restabelecer o contato entre as áreas ainda existentes de ambientes naturais, em geral isoladas e condenadas ao empobrecimento paulatino pela impossibilidade de se realizar trocas gênicas entre as populações da flora e da fauna nativas que nela ainda subsistem.

Excetuando-se as áreas rurais em que a agricultura, a pecuária ou os reflorestamentos com monoculturas estão ocupando grandes espaços, há em nosso território uma imensa porção de terras degradadas em fase de recuperação – por estarem abandonadas, a natureza se encarrega lentamente de regenerá-las. Ao invés de serem novamente destruídas, pelo menos uma porção dessas terras deveria estar reservada a cumprir este papel a longo prazo e em definitivo, ampliando nossas reservas naturais de Floresta Atlântica a um patamar mínimo aceitável, que por lei deveria ser de 20%.

Mas onde estão as Unidades de Conservação neste cenário? Não seriam estas as grandes armas para que se evite a destruição da Floresta Atlântica? Não é uma obrigação do Estado garantir a criação e manutenção de áreas com finalidade explícita de conservação?

A resposta é sim e também é não. Sim,

porque as Unidades de Conservação públicas são, certamente, o melhor instrumento para garantir a perpetuação de áreas naturais, como medida de interesse público, muitas vezes acima de eventuais demandas locais e que se justifica pela importância estratégica para a Nação. Mais parques devem ser criados e mais recursos alocados para sua proteção e viabilização de estudos que permitam a geração de maior conhecimento sobre as mesmas, ampliando as ferramentas para o seu manejo e promovendo a possibilidade de geração de riquezas.

Não, pelo fato de que recursos públicos para conservação de áreas naturais e da biodiversidade nunca foram suficientes para o atendimento das necessidades mínimas do país e não há perspectivas realistas de que este quadro se modifique, tão significativas são as demais demandas sociais. Soma-se a este fato a ainda incapacidade da sociedade em reconhecer a real importância da conservação da natureza.

Não, porque existe um ator ainda dormente, estabelecendo suas primeiras iniciativas mais incisivas no campo da conservação, que poderá revolucionar o enfrentamento deste problema em nosso País. Trata-se do segundo setor, ou a iniciativa privada, proprietária de grande parte das áreas naturais da Floresta Atlântica. De várias formas, vem sendo abertas oportunidades de iniciativas motivadas, dentre outras, pela busca de reconhecimento público no afã de empresas diferenciarem-se de seus competidores. Assumindo um papel de parceiro dos esforços públicos e complementando a ampla agenda de responsabilidades do governo através de iniciativas próprias, protegendo áreas naturais e criando RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural), recuperando áreas

degradadas, apoiando a manutenção de Unidades de Conservação públicas, adquirindo áreas com fins de conservação ou recuperação e assim por diante.

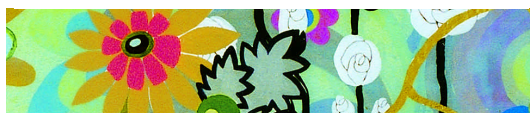
A conservação da natureza não deve ser vista exatamente como um negócio, mas não deixa de ser uma das justificativas para que o envolvimento privado aconteça cada vez com maior intensidade. Numa região onde não se encontra mais um determinado recurso, quem o detiver estará se posicionando estrategicamente para enfrentar o futuro em melhores condições. Conservar a natureza é exceção na Floresta Atlântica brasileira e quem se habilitar a colocar sua contribuição neste campo de interesse público inquestionável será devidamente re-compensado. Muito mais os que, detentores de visão mais aguçada, forem os pioneiros.

Cabe aqui o relato da experiência de uma organização não-governamental brasileira, que atua no estado do Paraná: a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS. Há menos de três anos,

mais de 18 mil hectares de áreas degradadas na costa paranaense foram adquiridos com recursos privados para um longo projeto que visa conservar e recuperar três reservas naturais, que em breve se tornarão RPPNs. Este é um esforço de restauração de um pedaço da Floresta Atlântica, no litoral do Paraná, um dos mais valiosos e ameaçados ecossistemas da Terra, considerado pela ONU como Reserva da Biosfera.

Denominado Ação Contra o Aquecimento Global, o trabalho, pioneiro na Floresta Atlântica, é realizado nos municípios de

**A conservação da natureza
não deve ser vista
exatamente como um
negócio, mas não deixa de
ser uma das justificativas
para que o envolvimento
privado aconteça cada vez
com maior intensidade.**



Antonina e Guaraqueçaba, região inserida na maior porção contínua de Floresta Atlântica. A meta é contribuir para a diminuição do processo de aquecimento do planeta, provocado pela elevada concentração na atmosfera de gases conhecidos como gases do efeito estufa, principalmente o gás carbônico, através da absorção do CO₂ pelas florestas em fase de regeneração.

O projeto no litoral do Paraná garante o emprego de 50 moradores da região, e outras 15 pessoas, entre pesquisadores e técnicos, responsáveis pela recuperação das áreas desmatadas através do plantio de espécies nativas. Enquanto o sumidouro natural de carbono vai se desenvolvendo, a SPVS também se preocupa com as áreas de entorno, estabelecendo parcerias com outras organizações, procedimento fundamental para o sucesso do projeto e para o futuro da economia regional. Em menos de dois anos de trabalho, a SPVS já elenca algumas iniciativas em parceria com outras organizações que buscam oferecer geração de renda para as comunidades, não deixando de respeitar o meio ambiente, como cultivo de agricultura orgânica e criação de búfalos com menos impacto ambiental.

Os projetos de seqüestro de carbono são somente um exemplo do quanto pode ser produtiva a parceria da iniciativa privada com a conservação ambiental – para os dois lados.

Este é um campo aberto de oportunidades. Ao passo que áreas preservadas tornam-se cada vez mais raras, investimentos privados devem constar nas agendas das empresas como uma oportunidade real de negócio para sua imagem institucional.

Outro ganho fundamental para quem investe na conservação da natureza é o retorno de imagem, um aditivo ao qual boa parte do mercado consumidor já está atento. Daqui para a frente, o que vai diferenciar um produto de outro é a imagem positiva que ele carrega consigo. Com base neste pressuposto, a SPVS vem construindo uma rede de parcerias formada por empresas brasileiras e estrangeiras.

A floresta só é um grande instrumento de realização se estiver de pé, oferecendo uma gama ilimitada de oportunidades, como o turismo ecológico, a farmacologia, as pesquisas avançadas e a produção de alimentos livres de aditivos químicos como alguns exemplos do leque de possibilidades escondido sob as copas das árvores – além de outros “serviços ambientais” prestados pela floresta, como a proteção de rios e nascentes d’água e a conservação do solo que ajuda a evitar assoreamento de rios e baías. Trata-se de um novo movimento não convencional, distinto do modelo colonizador, que ainda vê as grandes áreas verdes como um empecilho ao desenvolvimento.